

Acessibilidade arquitetônica e bibliotecas: inclusão e democratização do acesso à informação

Dayana Pereira de Alecrim
dayana.pereira098@gmail.com

Thais Lima Trindade
thais.bibliotecaria@gmail.com

Recebido em: 30/04/2025
Aceito em: 20/07/2025

Resumo

Este estudo tem como objetivo apontar recomendações de acessibilidade arquitetônica aplicáveis às bibliotecas para que se tornem aptas a receber de forma inclusiva as pessoas com deficiência. Consiste em uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e descritiva. Estudo bibliográfico e documental, apresenta o contexto da inclusão da pessoa com deficiência embasados na legislação brasileira. No que se refere a acessibilidade arquitetônica aplicada a biblioteca, adota as normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. O conceito de biblioteca, sociedade e sua relação com a pessoa com deficiência está pautado em diversos autores e obras relacionados à Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Por fim, o estudo contextualiza e destaca possíveis adaptações e melhorias para bibliotecas, como difusor e democratizador da informação e assim, promovendo o acesso ao espaço físico da biblioteca a todos os públicos.

Palavras-chave: acessibilidade arquitetônica em bibliotecas; NBR 9050:2020-bibliotecas; pessoa com deficiência; pessoa com mobilidade reduzida; bibliotecas-inclusão.

Architectural accessibility and libraries: inclusion and democratization of access to information

Abstract

This study aims to point out architectural accessibility recommendations applicable to libraries so that they are able to welcome people with disabilities in an inclusive way. It consists of qualitative research with an exploratory and descriptive approach. This bibliographical and documentary study presents the context of the inclusion of people with disabilities based on Brazilian legislation. Regarding architectural accessibility applied to the library, it adopts the standards of the Brazilian Association of Technical Standards. The concept of the library, society, and its relationship with people with disabilities is based on various authors and works related to Librarianship and Information Science. Finally, the study contextualizes and highlights possible



adaptations and improvements for libraries, as a disseminator and democratizer of information, thus promoting access to the library's physical space for all audiences

Keywords: *accessibility in libraries; architectural accessibility; person with a disability; person with reduced mobility; libraries-inclusion.*

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca, nos tempos atuais, com a evolução das tecnologias e da sociedade, não é mais um local fechado, onde a informação lá permanece e não se difunde, e mesmo que ocorram alterações no formato de seus serviços, a biblioteca mantém a sua essência de armazenar a informação, perpetuando a mesma por gerações. Então, a biblioteca “continua sendo valorizada e reconhecida pelo seu papel que exerce no processamento e na disseminação da informação e do conhecimento” (Morigi; Souto, 2005, p. 197).

No entanto, no contexto das bibliotecas como fontes de informação e acesso ao conhecimento as mesmas nem sempre estão completamente estruturadas ou acessíveis para o atendimento e uso da biblioteca por parte da Pessoa com Deficiência (PcD). Sendo de suma importância que esses usuários se integrem na sociedade e possam exercer sua cidadania e no caso das bibliotecas, o direito ao acesso à informação.

Como parte trabalho de conclusão intitulado “Acessibilidade arquitetônica em bibliotecas públicas: inclusão para o usufruto do direito à cidadania”, este artigo se volta para acessibilidade arquitetônica e tópicos pertinentes a sua aplicação em bibliotecas. Em função disso, tem como objetivo apontar recomendações e adequações de acessibilidade arquitetônica aplicáveis às bibliotecas para que se tornem aptas a receber de forma inclusiva os públicos PcD, adotando assim perspectivas com enfoque na Norma Brasileira (NBR) 9050:2020 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Um dos direitos fundamentais para o início do processo de autonomia da PcD é o acesso à leitura e à informação. Dessa forma, a atuação das bibliotecas, é extremamente necessária à sociedade, pois esta promove a socialização do conhecimento, atuando na formação social e crítica no indivíduo, fomentando assim a formação de usuários com uma visão mais ampla da realidade ao qual está inserido.

Assim sendo, o poder público e a sociedade devem promover ações e serviços necessários para que esse grupo social esteja presente de forma integrada e igualitária em espaços coletivos, como as bibliotecas, dessa forma possibilitando a garantia de seus direitos e da dignidade humana conforme previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988).

2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM BIBLIOTECAS

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que pressupõe a participação da comunidade em diversos âmbitos sociais. Com ela, é garantida fundamentalmente a cidadania do indivíduo na sociedade (Brasil, 1988, p. 6). Para que todos os indivíduos tenham direito à igualdade, é necessário que tenham igual acesso a todas as oportunidades de educação, lazer, saúde, ambientes públicos e privados etc.

Nesse contexto, destaca-se a Pessoa com Deficiência (PcD), definida atualmente pela Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, que atualmente define a PcD como “[...] aquela tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, p. 1).

Ademais, a referida lei também inclui no grupo de PcDs as Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR), pessoas que “[...] por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da

coordenação motora ou da percepção” (Brasil, 2015, p. 2). No grupo das PMR, estão inseridas todas as pessoas que, por algum motivo, necessitam de atenção especial para locomoção, como a pessoa idosa, a gestante, a lactante, a pessoa com criança de colo, pessoas que passaram por procedimentos cirúrgicos e a pessoa com obesidade.

Assim, para que ocorra a integração das PcDs em suas diversas tipologias: física, auditiva, visual, intelectual, surdocegueira, autismo, condutas atípicas etc., as práticas de inclusão e acessibilidade devem tornar-se constantes, a fim de que essas pessoas não se sintam excluídas e sejam beneficiadas de forma igualitária na sociedade.

A criação da NBR 9050 ocorreu em 1985. Esta foi a publicação da primeira norma técnica brasileira concernente à acessibilidade, a fim de garantir suporte e assistência às necessidades dos indivíduos, relativas a projetos, construção, instalação, adaptações nas edificações, a fim de assegurar circunstâncias de acessibilidade. Tendo passado por 4 edições após sua criação: 1994, 2004, 2015 e 2020 continua sendo um documento técnico amplamente utilizado para regulamentar questões de acessibilidade no Brasil.

A NBR 9050:2020 “[...] estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (ABNT, 2020, p. 1), ademais busca proporcionar a utilização dos espaços de forma independente e acessível, de modo que todas as pessoas possam permanecer e se locomover no ambiente sem que haja a desvalorização dos indivíduos, seja pela limitação, idade etc. Esta norma segue os princípios do Desenho Universal, um conceito de arquitetura responsável pela criação de ambientes e produtos que podem ser usados pelo maior número de pessoas possível, adotado mundialmente em planejamentos e obras de acessibilidade (Cambiaghi, 2011; Pupo; Melo; Férres, 2006).

Segundo a ABNT (2020), com relação às questões da acessibilidade arquitetônica que podem ser aplicadas às bibliotecas, é recomendado que o mobiliário e a arquitetura do espaço atendam aos princípios do Desenho Universal, que estabelece aspectos imprescindíveis para facilitar o entendimento e o aplicação da acessibilidade em edificações e seus procedimentos físicos.

As bibliotecas e as pessoas com deficiência, de acordo com Wellichan e Manzini (2021, p. 179), encontram-se distanciadas ou em uma relação superficial, pois uma biblioteca inclusiva deve estar acessível tanto em sua estrutura física, quanto em serviços oferecidos, atendendo a demandas de qualquer tipo e perfil de público. Dessa forma, destaca-se a importância de que as bibliotecas encontrem meios de se aproximar e estreitar essa relação com as PcD e PMR.

As diretrizes do Manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e Federação Brasileira de Associações de Bibliotecas, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), sobre Bibliotecas Públicas (IFLA; FEBAB, 2020), ressaltam que esses espaços têm o dever de assegurar-se acerca da disponibilidade dos serviços ofertados àqueles que não podem utilizar os padrões tradicionais (minorias, como portadores de deficiência motora, visual, auditiva, sensorial, pessoas com pouco ou nenhum letramento etc.).

Ao promover o acesso à informação, cultura e ao exercício da cidadania, educação, lazer e interações sociais de forma inclusiva, a biblioteca torna-se acessível a todos os seus usuários, promovendo a sua inclusão na sociedade. A biblioteca precisa ir ao encontro das necessidades da comunidade onde está inserida, necessidades essas que podem ser supridas caso a biblioteca possua e mantenha seus serviços e produtos acessíveis a todos, em especial assegurando que estes sejam disponibilizados de maneira acessível às minorias.

Deste modo, as bibliotecas têm o dever de não somente promover a acessibilidade informacional por meio de coleções em diversos suportes, de forma acessível a todos os públicos, mas também a acessibilidade arquitetônica de sua estrutura física como passo inicial para garantia a inclusão e os direitos das PcD e PMR. Espera-se, portanto, que as recomendações evidenciadas neste estudo, possam subsidiar melhorias nas bibliotecas e aprimorar seu

atendimento aos usuários PcD e PMR com a finalidade de garantir o acesso e uso de seus serviços a todos os públicos.

3



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório. Apresenta-se como bibliográfica e documental, na qual inicialmente foi realizado um levantamento na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos Capes, utilizando os termos de busca e operadores booleanos “Biblioteca” AND “acessibilidade arquitetônica”, “biblioteca” AND “pessoa com deficiência”, “biblioteca” AND “mobilidade”, onde os resultados encontrados foram reduzidos, porém satisfatórios. O recorte temporal das buscas cobriu o período de 1990-2020, sendo selecionados apenas os documentos e fontes com aderência ao tema da pesquisa, visto que a bibliografia do assunto é escassa no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Para a pesquisa documental foram utilizados documentos da IFLA e da FEBAB, a legislação brasileira sobre a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, alguns desses documentos foram encontrados na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, porém a maioria dos documentos utilizados foram retirados do portal do Governo Brasileiro (Gov.br). Já a pesquisa voltada a acessibilidade arquitetônica e mobilidade foi pautada nas NBRs da ABNT voltadas a acessibilidade, principalmente a arquitetônica, tais documentos relacionados a acessibilidade arquitetônica foram encontrados em sites oficiais do governo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa seção se destina a contextualizar e apontar recomendações e adaptações vigentes na legislação nacional específica, aplicáveis às estruturas físicas das bibliotecas para que de fato se tornem acessíveis ao público PcD.

4.1 SIMBOLOGIA DA ACESSIBILIDADE

Símbolos são “representações gráficas que, através de uma figura ou forma convencionada, estabelecem a analogia entre o objeto e a informação de sua representação e expressam alguma mensagem” (ABNT, 2020, p. 40). Segundo a NBR 9050:2020, estes símbolos devem indicar a acessibilidade na edificação e/ou prestação de serviços relativos a isso, possuindo relevo, sendo de fácil entendimento, de modo que atenda pessoas de diferentes nacionalidades, escolaridades, espectros de deficiência e baixa acuidade visual.

Pode-se observar a identificação de acordo com a preferência especificada. São exemplos de pictogramas de preferência: grávida, pessoa com criança de colo, pessoa idosa, pessoa obesa, PMR, PcD visual acompanhada de cão-guia. De acordo com a NBR 9050:2020, estas identificações devem estar em áreas acessíveis e visíveis para o público, como: entradas, áreas reservadas, áreas de embarque e desembarque, sanitários, áreas de resgate para PcD, espaços para manobras, equipamentos e mobiliários preferenciais para PcD e PMR.

Em todo o ambiente acessível, deve-se ter a representação do Símbolo Internacional de Acesso (SIA), que informa que o espaço é um ambiente acessível para pessoas com deficiência. A Figura 1, 2 e 3 ilustram as três principais formas de sinalização:

Figura 1 – Símbolo Internacional de Acesso

Fonte: ABNT (2020, p. 41).

Figura 2 – Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual



Fonte: ABNT (2020, p. 42).

Figura 3 – Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva



Fonte: ABNT (2020, p. 42).

É importante salientar que tais símbolos internacionais devem ser representados exatamente como determina a NBR 9050:2020, pois não deve haver modificações nos pictogramas (ABNT, 2020). Quanto o símbolo internacional de PcD visual deve informar serviços e/ou equipamentos existentes disponibilizados para PcD visual, como a disponibilidade de espaços que possuam tecnologia assistiva e informação tátil e sensorial. Já o símbolo internacional de PcD auditiva deve informar serviços e/ou equipamentos existentes disponibilizados para PcDs auditivas, como a ferramenta *Hand Talk* (tradutor de bolso) e a Transcrição Instantânea (tecnologia que realiza a captação e transcrição de sons como “porta batendo”, “pessoa espirrando”, etc.).

Os pictogramas informativos acerca da circulação no ambiente (na organização interna) também devem estar especificados. Segundo a ABNT (2020), são exemplos de representações: elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas,

escada, escada com plataforma móvel, rampas e esteira rolante. Estes pictogramas devem informar os serviços, equipamentos e/ou mobiliários existentes disponibilizados no ambiente.

Nesse sentido, Nicoletti, Moro e Estabel (2013) apontam itens nos espaços das bibliotecas que devem ser avaliados para a pesquisa acerca da acessibilidade arquitetônica para a PcD e a PMR: entorno da biblioteca; estacionamento da biblioteca; entrada da biblioteca; pisos (externos e internos, revestimentos, inclinação, desníveis, grelhas e juntas de dilatação, capachos, forrações, carpetes e tapetes); e espaços internos (iluminação, layout, degraus e escadas fixas, rampas, corrimãos, corredores e sanitários). Tais apontamentos serão contextualizados a seguir.

4.2 ENTORNO DA BIBLIOTECA

O entorno da biblioteca, segundo Giacumuzzi (2013), consiste desde todo o percurso da casa do usuário até a biblioteca, estão envolvidos nesse entorno os quesitos como o *transporte coletivo público e calçadas*, que são considerados como fatores influentes na acessibilidade na biblioteca. Assim, o usuário necessita que o entorno da biblioteca seja acessível “porque só assim conseguirá chegar até a biblioteca e todo o conhecimento nela agregado” (Giacumuzzi, 2013, p. 54). De acordo com Benevides (2015) é de suma importância que haja a avaliação acerca das imediações externas para possibilitar o livre percurso, sem impedimentos. Portanto, para avaliar se há acessibilidade, deve-se verificar as seguintes observações acerca do entorno: as calçadas devem ter faixa de circulação sem interferência (ideal para uma pessoa em pé e outra em uma cadeira de rodas), o piso deve ser contínuo e estável, sem abalos e oscilações e deve ter inclinação máxima de acordo com a NBR 9050:2020 (ABNT (2020)).

Caso existam equipamentos na calçada (como as lixeiras) que possam estar fora da passagem de pedestres e elementos como placas e vegetação devem estar localizados em alturas de acordo com a norma. Caso haja entrada de carros para a garagem, deve-se manter uma faixa livre para pedestres. Calçadas e grelhas devem possuir piso tátil de alerta que sinalize a diferença de nível no piso e presenças de obstáculos. As grelhas devem estar encaixadas no piso, sem alterar o seu nivelamento e possuir vãos de acordo com as dimensões da NBR 9050:2020.

4.3 ESTACIONAMENTO E ENTRADA DA BIBLIOTECA

Para avaliar se a edificação possui um estacionamento acessível, é imprescindível avaliar se há a quantidade correta vagas no estacionamento reservadas para veículos utilizados por PcDs e PMRs, localizadas próximas aos acessos de circulação e passagem de pedestres, livre de veículos, havendo espaço adicional com listras em amarelo no piso, lateral à vaga, contendo o SIA. Além do espaço no piso, as placas verticais devem estar identificadas também com o SIA (ABNT, 2020; Giacumuzzi, 2015).

Segundo Benevides (2015), deve-se haver rebaixamento do meio-fio para a locomoção da pessoa em cadeira de rodas, a rampa na calçada deve ligar a vaga à calçada ou passeio e o caminho que será percorrido pela PcD deve ser livre e sem obstáculos até a entrada da edificação. A entrada da biblioteca é onde o usuário tem a percepção se poderá ou não ter acesso. Por exemplo, ao observar uma entrada com escadas, sem disponibilidade de rampas ou rotas acessíveis com disponibilização de piso podotátil, as PcDs sentem-se excluídas e observam que aquele espaço é inacessível Giacumuzzi (2015). A entrada principal deve ser visualmente acessível, de modo que informe ao usuário por onde acessar, possuindo também circulação acessível desde a rua.

Caso o prédio possua mais de um pavimento, deve haver um elevador acessível ou rampas ligando os pavimentos. Nas dependências do edifício deve haver itinerário acessível (disponibilizado também na forma tátil), situando-se no andar térreo ou onde houver maior circulação de pessoas.

4.4 ESPAÇOS INTERNOS

O espaço interno é o local que acomoda um grupo de pessoas reunidas para atividades de lazer, cultural, política, social, educacional etc. (ABNT, 2020). E nesse espaço faz-se necessário analisar a acessibilidade no espaço interno, seja na iluminação, *layout*, degraus e escadas fixas, rampas, corrimãos, corredores e sanitários.

Iluminação: esta deve ser ajustável para PcD visual e demais pessoas, adaptadas de forma variada para cada tipo de espectro¹ e demais pessoas, inclusive as sem deficiências. Cortinas são um exemplo de como ajudar na restrição ou ajuste da luz de forma simples. De acordo com a ABNT (2020), a iluminação natural ou artificial deve estar disponibilizada nas rotas acessíveis, conforme especificado na NBR 9050:2020.

Layout e organização interna: a organização interna do espaço deve evitar becos e áreas sem uso que ocasionem confusão de pessoas com orientação sensorial reduzida (portas de vidro, espelhos etc.), devendo também haver sinalização antecipada em caso de locais inacessíveis (corredores estreitos ou desníveis sem rampas), evitando assim acidentes. A circulação pode ser realizada por escadas, rampas ou equipamentos eletromecânicos, sendo considerada acessível quando atende no mínimo a duas formas de deslocamento vertical, segundo a ABNT (2020).

Deve-se considerar também as dimensões das PMRs e seu diversos tipos de deslocamento: em pé, com uso de muletas, andadores (com ou sem rodas), tripé, bengalas (duplas ou não), cão-guia, e as que se deslocam em cadeira de rodas.

Nos casos de mudança de direção diferenciados (especificadamente para pessoas em cadeira de rodas), devem ser respeitados os parâmetros de área de circulação e manobra previstos na NBR 9050:2020, que também devem ser aplicados às crianças que utilizam cadeiras de rodas. Caso não haja paredes laterais no local, as rampas devem estar complementadas com guarda-corpo, corrimãos e guias de balizamento com alturas especificadas na NBR 9050:2020, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa, para maior mobilidade e segurança (ABNT (2020)).

Corredores: os corredores devem ter suas dimensões “de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa de circulação livre de barreiras ou obstáculos, de largura mínima para corredor em edificações e equipamentos urbanos” (ABNT, 2020, p. 68). Seguindo os apontamentos da ABNT 9050:2020, em casos em que a adaptação dos corredores não seja possível, devem ser implantados bolsões de retorno² de modo que uma pessoa em cadeira de rodas consiga fazer uma manobra completa, seguindo as larguras mínima ou máxima segundo a NBR 9050:2020.

Grelhas e juntas de dilatação: a grelha é “uma peça móvel colocada em cima de um sumidouro³, que permite o escoamento de águas pluviais” (ABNT, 2005, p. 2). A junta de dilatação, segundo a ABNT (2004, p. 4), é qualquer interrupção do concreto que tenha como objetivo reduzir tensões que possam resultar em impedimentos acerca das movimentações da estrutura, garantindo a segurança. De acordo com a ABNT (2020), as grelhas e juntas devem estar na área de circulação de pessoas, porém, em casos de rotas acessíveis, devem estar fora do fluxo principal de circulação.

4.5 PISOS

O piso tátil localiza-se nos ambientes internos ou externos do edifício e desempenha a função de informar o caminho correto a PcD, desde quem possui deficiência visual e baixa visão

¹ O termo espectro abrange uma ampla gama de sintomas e níveis de gravidade que vão de leve a grave, e suas manifestações podem diferenciar-se de sujeito a sujeito, resultando sempre em um caso singular.

² Geometria em área suficiente que permita a manobra de um veículo em uma via descontínua e/ou interrompida bem como a circulação de pessoas em ambas as margens dos passeios públicos.

³ Câmara destinada a receber e conduzir águas pluviais para a rede coletora.

até as cegas e surdocegas, sendo este um elemento extremamente importante, principalmente em locais que não são da vivência dessas pessoas. O piso tátil é aquele que possui faixas em alto-relevo, indicando a direção para onde a PcD e/ou PMR possa caminhar.

Segundo a ABNT (2020), os materiais de revestimentos do piso devem possuir superfície regular e estável, que não tremule sob a utilização de dispositivos com rodas e antiderrapante (sob condições secas ou molhadas), bem como evitar utilização de materiais que causem sensação de insegurança como exemplo, cores e desenhos que causem a impressão de tridimensionalidade.

No piso externo do prédio deve haver sinalização de acordo com a ABNT NBR 16537:2016. De acordo com Benevides (2015), o piso podotátil⁴ deverá estar devidamente encaixado, sem a apresentação de desnível e deve haver pisos direcionais em locais amplos que não possuem sinalização para PcD visual. No piso direcional, o percurso deve estar livre de obstáculos e ligado ao piso-alerta. O piso-alerta deve estar situado de modo que informe mobiliários urbanos ou equipamentos suspensos (como placas e lixeiras), no início e final das escadas, rampas e rebaixamentos de meio-fio, em mudanças de rotas ou bifurcações, junto ao piso direcional.

O piso interno também deve atender a NBR 16537:2016. Segundo Benevides (2015), a sinalização tátil direcional deve orientar o usuário a locais como recepção, mapa tátil, elevadores e sanitários, a sinalização tátil de alerta deve estar instalada no sentido do deslocamento no início de escadas e rampas, em elevadores, em torno de objetos suspensos e paralelamente à sinalização direcional, informando opções ou mudanças na rota, sem que esteja instalada de forma excessiva.

É válido informar que o piso podotátil é primordial na questão arquitetônica para a inclusão de pessoas com deficiência visual, pois este é o meio mais viável e adequado para a locomoção da PcD visual no espaço da biblioteca, podendo este ser integrado a acessibilidade digital (uso de tecnologia assistiva).

4.6 RAMPAS

Segundo a NBR 9050:2020, são consideradas rampas às superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5%, e para garantir que uma rampa seja acessível, de acordo com a ABNT (2020), são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos.

Conforme a ABNT (2020), a largura das rampas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas e a largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis devem estar de acordo com as dimensões especificadas na NBR 9050:2020.

Em casos de edificações existentes, caso não seja possível a construção ou adaptação das rampas, estas podem ser executadas com a largura mínima especificada na norma. A guia de balizamento pode ser de alvenaria ou outro material alternativo que possua a mesma finalidade, com altura mínima de 5 cm, devendo atender às especificações da NBR 9050:2020, atendendo rampas e escadas. Toda rampa deve possuir corrimão de duas alturas em cada lado. Quanto à capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares, esses materiais devem ser evitados em rotas acessíveis e, caso existam, estes devem estar encaixados e nivelados ao piso, para que não haja impedimento no deslocamento das pessoas.

4.7 DEGRAUS E ESCADAS FIXAS

A escada é, de acordo com a ABNT (2020) uma sequência de três ou mais degraus, devendo esta ser averiguada quanto a sua acessibilidade nos seguintes tópicos:

A largura mínima da escada, dimensões (profundidade), dimensão do espelho do degrau (altura), devem estar de acordo com as especificações da NBR 9050:2020 de maneira

4 Piso fabricado em concreto para ser utilizado especialmente em áreas externas.

consecutiva em toda a escada. O primeiro e o último degrau devem estar distantes da área de circulação e os pisos dos degraus devem ser revestidos com material antiderrapante e fixo. Nas escadas ou degraus fixos em rotas acessíveis, deve existir a associação à rampa ou a outro equipamento de transporte vertical, para pessoa em cadeira de rodas.

No início e fim de cada segmento da escada deve haver um patamar nas especificações da NBR 9050:2020 e a NBR 16537:2016 na direção do movimento e em qualquer mudança de direção da escada, e não pode haver sinalização tátil de alerta nos patamares, de modo que os corrimãos sejam a linha-guia e orientem a circulação, porém, deve haver sinalização tátil de alerta conforme a NBR 16537:2016, caso haja algum elemento impedindo pelo menos um dos corrimãos.

Segundo a ABNT (2020), desníveis devem ser evitados nas rotas acessíveis. É importante frisar que caso a inclinação dos desníveis esteja acima das dimensões especificadas na norma, estes devem ser considerados degraus.

4.8 ELEVADORES

O elevador vertical deve atender a ABNT NBR NM 313 Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência (ABNT, 2007) e a ABNT NBR ISO 9386-1 Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional (ABNT, 2013), havendo sinalização tátil e visual, como informações em relevo e em Braille, informando instruções de uso, posições para embarque e desembarque, pavimentos atendidos, além de dispor de dispositivos de chamada dentro do alcance manual (ABNT, 2020). Segundo Benevides (2015), as portas dos elevadores também devem possuir um dispositivo que emita sinais sonoros e visuais indicando o sentido que o compartimento se movimentará.

De acordo com a NBR 9050:2020, em casos de reforma, as dimensões mínimas dos poços dos elevadores devem ser inferiores às medidas previstas na NBR NM 313, atendendo às outras exigências da norma, e deve ser prevista outra forma de circulação vertical acessível e sinalizações de emergência. Ademais, o piso da cabine deve ter cores contrastantes com a do piso do pavimento, a folga e a soleira devem estar com as dimensões de acordo com a NBR NM 313 (ABNT, 2020).

4.9 CORRIMÃOS

Corrimão é um dos componentes que são utilizados para facilitar a orientação das PcD e PMR no ambiente interno e externo e deve ser instalado em rampas e escadas, de modo que acompanhe a inclinação da rampa (ABNT, 2020).

Quando se tratar de degrau isolado, a instalação de corrimão ou barra de apoio é obrigatória e deve haver corrimãos em ambos os lados da escada e/ou rampa. Corrimãos devem ser construídos em materiais resistentes que estejam firmemente fixados nas paredes, de modo que ofereçam segurança na sua utilização, seguindo as especificações da NBR 9050:2020.

4.10 SANITÁRIOS/ VESTIÁRIOS

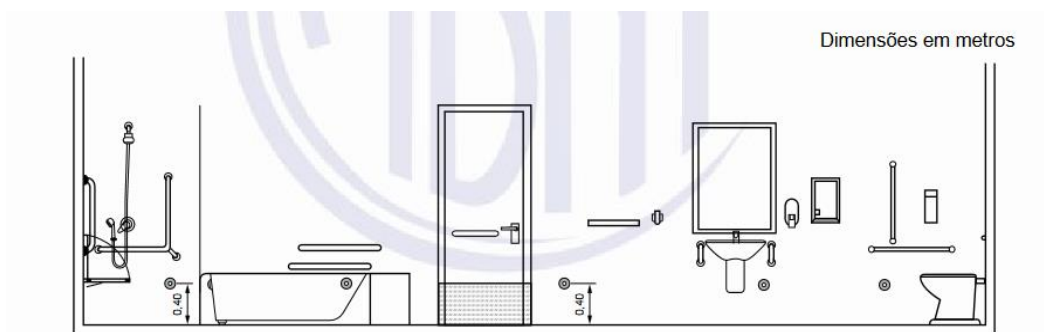
Segundo a ABNT (2020), recomenda-se que os sanitários/vestiários estejam sempre localizados próximo às áreas de circulação principal, contendo sempre as identificações de forma clara na porta e na parede próxima à maçaneta. Os pictogramas devem conter as identificações sobre o tipo de sanitário disponibilizado no ambiente (feminino, masculino, unissex, feminino acessível, masculino acessível, unissex acessível e familiar acessível), apresentando a acessibilidade (caso exista) apontando além dos símbolos, a identificação nas formas escrita e tátil (braile), seguindo o especificado na NBR 9050:2020.

Segundo a ABNT (2020), a forma de abertura da porta e distribuição de aparelhos nos banheiros e lavabos deve permitir a utilização por um usuário em cadeira de rodas, dessa forma

a porta do banheiro acessível deve abrir para fora, e a porta do sanitário ou do boxe para bacia sanitária deve estar disposta de modo que permita sua completa abertura, dispondo de uma barra horizontal para facilitar o seu fechamento. A maçaneta ou trinco da porta do sanitário ou do boxe para bacia sanitária deve ser do tipo alavanca, devendo haver revestimentos resistentes a impactos no inferior das portas, e cores do piso, paredes e equipamentos devem ser diferenciados (ABNT, 2020).

Como destaca Benevides (2015), o banheiro deve possuir um dispositivo de alarme de emergência sonoro e visual e seu piso deve ser antiderrapante, para evitar acidentes e alertar pessoas com deficiência visual e surdocegas. Pode-se observar na Figura 1.

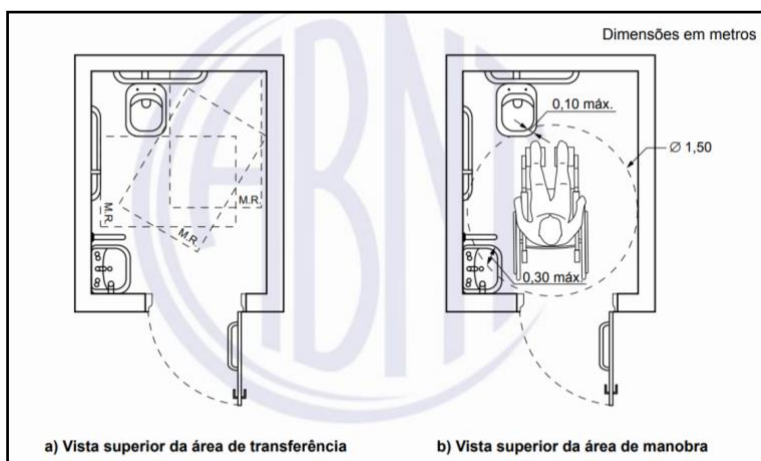
Figura 1: Possíveis posicionamentos de alarmes no banheiro



Fonte: Adaptado ABNT (2020, p. 51).

Entre as diversas recomendações da norma, são especificadas as medidas para dimensões mínimas do box para bacia sanitária, áreas e alturas livres de circulação, instalação de barras apoio e acessórios, de acordo com a Figura 2.

Figura 2 – Áreas de transferência e manobra em banheiro acessível



Fonte: ABNT (2020, p. 85).

Já o lavatório do sanitário acessível não deve ter nenhum tipo de pilar ou coluna, havendo assim, uma área livre de aproximação aos lavatórios ou aos boxes do banheiro.

Junto ao lavatório deve haver barras de apoio para PMR (pessoas que utilizam muletas, andadores etc.) e as torneiras devem ser de alavanca, monocomando ou acionadas por células fotoelétricas (para facilitar o uso de PcD motora ou PMR nos membros superiores).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da observação dos dados coletados, conclui-se que a acessibilidade arquitetônica visa diminuir barreiras ao usuário, seja ele uma pessoa com ou sem deficiência ou mobilidade reduzida, tornando a biblioteca um local onde a informação está disponível para todo e qualquer indivíduo da comunidade.

Para que a informação seja adquirida, a PcD deve primeiramente acessar o local e ter o acesso ao acervo, a circulação autônoma e segura da PcD durante todo o trajeto e atendimento no espaço da biblioteca pública, tornando-se, então, um organismo acessível que consegue cumprir com seu princípio fundamental: um acesso para todos.

Mediante ao exposto, acredita-se que no ambiente das bibliotecas a inclusão inicia-se no aprendizado acerca da dos públicos de PcDs, além dos conceitos e finalidades da acessibilidade e da mobilidade. Seguindo as diretrizes e normas, todos os espaços inclusive as bibliotecas podem garantir a acessibilidade arquitetônica em seus ambientes, de modo que os indivíduos partilhem os esses espaços e utilizem os seus serviços de forma igualitária, e adaptando se necessário.

Por fim, esta pesquisa aponta sugestões para estudos futuros sobre o tema, como a acessibilidade arquitetônica em bibliotecas voltadas para as diversas tipologias de deficiências (PcD visual, auditivo, múltiplas deficiências, autismo etc.); a acessibilidade arquitetônica e mobilidade como estudo de caso em unidades de informação; bem como voltada para diferentes tipologias de biblioteca; e a acessibilidade arquitetônica na visão do público PcD e/ou PMR. Acredita-se com a contribuição deste e de novos estudos, as bibliotecas possam futuramente promover melhores condições de acessibilidade, eliminando obstáculos arquitetônicos e mobiliários que impeçam o acesso das PcD ao espaço da biblioteca e seu acervo. Pois somente desta forma, a biblioteca pública se torna de fato capaz de promover a inclusão e dignidade dessas pessoas como cidadãos participativos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9386-1**: Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional – Parte 1: Plataformas de elevação vertical. 1. ed. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBRISO93861.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR NM 313**: Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. 1. ed. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBRNM313.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537**: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. 1. ed. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.totalacessibilidade.com.br/pdf/Norma_Sinaliza%C3%A7%C3%A3o_T%C3%A1til_No_Piso_Piso_T%C3%A1til_Total_Acessibilidade.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1-03-08-2020.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BENEVIDES, E. B. **Manual de acessibilidade para prédios públicos**: um guia para gestores. 1. ed. Brasília: Ministério do Planejamento, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/manual-de-acessibilidade-para-predios-publicos/manual-de-acessibilidade-spu.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. Constituição [1988]. Emendas constitucionais n.º 1/1992 a 38/2002 e emendas constitucionais de revisão n.º 1 a 6/1994. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência. Edições Câmara. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf&ved=2ahUKEwi63_uwxJT9AhWYIbkGHbglDYEQFnoECBMQAQ&u mg=AOvVaw16IGWMYXMqzbxgsNTJxDV5. Acesso em 29 abr. 2023.

CAMBIAGHI, S. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

IFLA; FEBAB. **CAMINHANDO**: Implementação do Tratado de Marraqueche para pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso: Um guia prático para bibliotecários. São Paulo: FEBAB, 2020. Disponível em: https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1744/1/caminhando_manual_ifla_marraqueche.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

GIACUMUZZI, G. da S. **Acessibilidade arquitetônica em diferentes tipologias de biblioteca**. 2015. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88824>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MORIGI, V. J; SOUTO, L. R. Entre o passado e o presente: As visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB**: Santa Catarina, v.10, n.2, p. 189-206, jan./dez., 2005. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/432/551>. Acesso em: 15 mai. 2023.

NICOLETTI, T. F; MORO, E. L. da S; ESTABEL, L. B. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25.; 2013, Florianópolis, SC. Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 2013. **Anais** [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2504/1616-1629-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.fcee.sc.gov.br/informacoes/biblioteca-virtual/acessibilidade/486-livro-acessibilidade-bibliotecas/file&ved=2ahUKEwiIwfmqrqX_AhWeSLgEHRBxBdAQFnoECAoQAQ&usg=AOvVaw3LmUQjBYN7p8NDEFMCp7Ph. Acesso em: 20 mai. 2023.

WELLICHAN, D. S. P; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172-203, jul./set. 2021. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/197179>. Acesso em: 18 dez. 2023.